ISSN: 2358-8829

PRIMEIRAS IMPRESSÕES: O CURRÍCULO DE HISTÓRIA PELA PERSPECTIVA DOS DISCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Rafael da Silva Abreu [1]

INTRODUÇÃO

A dinâmica do processo educacional segue percursos normativos e verticalizados de seleção e classificação. A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), por exemplo, propõe um caminho unificado para o alicerce educacional brasileiro, admitindo adaptações às realidades locais, mas, ao mesmo tempo, delimitando espaços e definindo prioridades.

Dessa forma, observa-se uma disposição relacional nas definições curriculares, envolvendo tanto as instituições normatizadoras do Estado quanto as reelaborações docentes. Nesse contexto, é possível pensar em dinâmicas de complementaridade, substituição e negação, evidenciando um campo marcado por constantes disputas e negociações. Apesar do imaginário comum de um percurso rígido e previamente definido, o caminho pedagógico apresenta possibilidades de flexibilização.

Entretanto, não se pode desconsiderar a forte influência de determinados setores sociais e políticos, que tendem a se manter presentes nesse processo. Na contemporaneidade, estudos apontam a presença da chamada racionalidade neoliberal nos sistemas educacionais, inclusive nos currículos. Essa racionalidade, segundo Pierre Dardot e Christian Laval (2016), fundamenta-se em princípios como competitividade, desempenho e responsabilização individual, articulando-se à valorização da aquisição de competências e habilidades alinhadas à lógica de uma sociedade de mercado.

Diante desse cenário, evidenciam-se múltiplos interesses em jogo, de ordem política, econômica e também relacionados à subjetividade docente. Contudo, torna-se pertinente problematizar em que medida os estudantes se inserem nessa dinâmica, uma vez que, embora sejam o centro do processo educativo, por vezes são relegados a uma posição marginal.

Nesse sentido, propõe-se refletir sobre como os estudantes percebem as propostas curriculares institucionais do Estado. Em um primeiro momento, busca-se realizar um

[1] Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), especialista em Educação para as Relações Étnico-raciais também pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e graduado em História pela Universidade de Pernambuco (UPE), abreurs@live.com.

ISSN: 2358-8829

mapeamento das percepções discentes acerca do currículo que lhes é apresentado por meio dos livros didáticos. Pretende-se compreender de que forma a seleção de conteúdos é recebida, interpretada e questionada pelos estudantes.

Essa reflexão é situada no campo disciplinar da História, a partir de duas turmas do 9º ano do ensino fundamental da rede estadual da Paraíba, no município de Campina Grande. Ao todo, participaram cerca de 50 estudantes, com idades entre 14 e 17 anos. Assim, busca-se compreender as percepções iniciais desses sujeitos acerca da proposta curricular referente ao seu ano de escolaridade.

Como percurso metodológico, foram realizadas duas oficinas com base no livro didático de Alfredo Boulos Júnior (2022). Ambas ocorreram em grupo: na primeira, foi feito um mapeamento do índice da obra, considerando a distribuição dos conteúdos e as possíveis ausências; na segunda, os estudantes foram provocados a refletir sobre o currículo de História de forma mais ampla, debatendo em grupo e elaborando sínteses coletivas.

A realização deste estudo justifica-se pela necessidade de promover uma aprendizagem mais significativa. Ao investigar as percepções e os interesses dos estudantes, torna-se possível reorientar propostas curriculares, favorecendo o engajamento. O protagonismo discente, enquanto estratégia pedagógica, contribui para tornar o processo educativo mais significativo e produtivo, beneficiando tanto estudantes quanto docentes.

Além disso, esse tipo de abordagem didática funciona como um exercício de análise crítica do currículo. Na medida em que os estudantes são incentivados a examinar e problematizar o livro didático, enfraquece-se a ideia de verdades absolutas, abrindo espaço para o desenvolvimento do pensamento crítico.

O aporte teórico desta pesquisa fundamenta-se na concepção curricular de Tomaz Tadeu da Silva (2016), segundo a qual o currículo constitui uma produção política e cultural, atravessada por relações de poder e disputada por diferentes sujeitos. Além disso, o currículo não se restringe aos conteúdos disciplinares, abrangendo também atitudes, práticas e valores construídos no contexto escolar. Contudo, neste estudo, delimita-se a análise à dimensão conteudista do currículo de História. No que se refere às relações de poder, recorre-se às contribuições de Michel Foucault (1979), especialmente no que diz respeito à compreensão das disputas e tensões que produzem significados e ressignificações no campo educacional.

Por fim, identificou-se que as leituras discentes tendem a associar o ensino de História a uma abordagem excessivamente política e, por vezes, desconectada da contemporaneidade, ainda que reconheçam sua importância para a formação cidadã. Tal constatação aponta para a

ISSN: 2358-8829

necessidade de ampliação das investigações sobre o currículo, considerando suas múltiplas relações e tensões, bem como o papel ativo dos estudantes nesse processo.

METODOLOGIA

Os caminhos metodológicos escolhidos para esta pesquisa foram fundamentados na pesquisa qualitativa, conforme Maria Cecília de Souza Minayo (1994). O perfil desse tipo de investigação baseia-se no estudo dos significados e sentidos que os sujeitos atribuem às suas experiências. Assim, ao nos afastarmos da quantificação de dados, privilegiamos a interpretação, a análise de contextos e as subjetividades, compreendendo a sociedade como uma construção social. Desse modo, trabalhamos com a atribuição de sentidos, motivações e intenções dos sujeitos envolvidos.

A partir desse campo metodológico, buscamos investigar como os estudantes atribuem sentido e compreendem o currículo de História. O estudo foi realizado com cerca de 50 estudantes, o que poderia representar uma limitação do ponto de vista quantitativo abrangente; assim, optou-se por uma análise centrada nos significados construídos pelos discentes.

Para esse fim, recorremos às práticas pedagógicas das metodologias ativas, caracterizadas "pela inter-relação entre educação, cultura, sociedade, política e escola, sendo desenvolvidas por meio de métodos ativos e criativos, centrados na atividade do aluno com a intenção de propiciar a aprendizagem" (Bacich; Moran, 2018, p. 17). Para alcançar o campo dos sentidos e significados, torna-se necessário criar condições de protagonismo e centralidade dos estudantes, de modo que suas visões de mundo possam emergir.

Selecionamos, como estratégia metodológica, a oficina pedagógica, compreendida como um exercício de articulação entre teoria e prática. Nessa abordagem, a aprendizagem ocorre de forma reflexiva e colaborativa entre os próprios estudantes, na qual a troca de experiências é valorizada, possibilitando a apreensão da produção de sentidos (Anastasiou; Alves, 2004).

A pesquisa foi desenvolvida em duas turmas do 9º ano do Ensino Fundamental da rede estadual de ensino da Paraíba. Por questões éticas e de preservação da identidade dos participantes, não serão mencionados os nomes dos estudantes nem da escola campo de pesquisa. Ressalta-se que o autor deste estudo atua na instituição como professor efetivo, o que facilitou a aceitação e a realização da investigação.

No mês de março de 2026, foram realizadas duas oficinas pedagógicas. A primeira ocorreu com a formação de grupos, aos quais foram apresentadas questões problematizadoras

ISSN: 2358-8829

a serem refletidas a partir da análise do livro didático de Alfredo Boulos Júnior (2022). As provocações centraram-se na observação dos conteúdos predominantes, bem como nas possíveis ausências, além da identificação de marcadores de diferença, como classe, gênero e raça. Buscou-se compreender as principais áreas de interesse dos estudantes para o ano letivo, assim como suas percepções acerca das finalidades dos estudos históricos. Ao final, os grupos produziram esquemas sintetizando suas conclusões.

A segunda oficina teve início com a reorganização das turmas em grupos. Novas provocações foram apresentadas, desta vez sem o suporte de material didático específico. Os estudantes dialogaram entre si e produziram mapas mentais com suas conclusões. Nesse momento, as questões foram mais amplas, abordando os significados atribuídos à História e à disciplina escolar, como, por exemplo, quais conteúdos já estudados foram mais significativos, bem como as finalidades dos estudos realizados até então.

A metodologia empregada buscou explorar os sentidos construídos pelos estudantes acerca da disciplina de História. Dessa forma, procurou-se evidenciar não apenas suas percepções imediatas, mas também as relações estabelecidas entre o conhecimento histórico escolar e suas experiências sociais. Na seção seguinte, serão discutidos os aspectos teóricos que fundamentaram a pesquisa, aprofundando o diálogo com os referenciais adotados e suas contribuições para a análise dos dados produzidos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo sobre a perspectiva discente nos levou a acionar diferentes aportes teóricos que nos trouxessem subsídios para uma melhor compreensão acerca do currículo e do poder. Assim, buscamos referências em autores como Michel Foucault (1979), Tomaz Tadeu da Silva (2016) e Pierre Dardot e Christian Laval (2016), que fornecem conceitos e perspectivas importantes para as análises realizadas neste trabalho.

Quando pensamos sobre o contexto das políticas públicas contemporâneas, recorremos ao conceito de racionalidade neoliberal, entendido como um conjunto de ações, mecanismos e disposições institucionais voltados à preparação de sujeitos para a sociedade de mercado. Ainda que não de forma explícita, há orientações normativas que direcionam práticas curriculares e de gestão para a incorporação de princípios considerados convenientes, tais como competitividade e eficácia.

> O princípio geral do dispositivo de eficácia não é tanto, como se disse muitas vezes, um “adestramento dos corpos”, mas uma “gestão das mentes”. Ou antes deveríamos

ISSN: 2358-8829

> dizer que a ação disciplinar sobre os corpos foi apenas um momento e um aspecto da elaboração de um certo modo de funcionamento da subjetividade. (Dardot; Laval, 2016, p.325)

Dessa forma, as intencionalidades curriculares passam por esse esforço de controle e regulação. De forma explícita ou não, há um direcionamento sobre a formação educacional. Contudo, neste estudo, voltamos o campo de análise para as percepções discentes acerca do referido currículo, buscando compreender como os estudantes atribuem significado aos conteúdos e à finalidade de seus estudos.

A concepção de poder aqui adotada é compreendida conforme Michel Foucault (1979), para quem o poder se constitui como uma rede produtiva, dinâmica e interativa entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo. Ao mesmo tempo, não se manifesta apenas como uma força opressiva e violenta, mas também por meio de mecanismos mais sutis, que se camuflam e operam na condução das ações e dos comportamentos.

> O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (Foucault, 1979, p. 8)

O currículo, enquanto dispositivo de dominação, mostra-se pertinente, pois, conforme Tomaz Tadeu da Silva (2016), constitui um elemento de construção de identidades. Por meio de sua aplicação, é possível observar resultados alinhados a um sistema de controle sutil e, por vezes, imperceptível. Nesse sentido, é fundamental compreender as prescrições curriculares como construções sociais, permeadas por disputas e interesses.

O currículo de História, dessa forma, pode contribuir tanto para a reprodução de valores e pensamentos dominantes quanto para a valorização da diversidade de conhecimentos, a depender de sua utilização. Por isso, a reflexão crítica sobre o currículo torna-se essencial para que possamos agir de maneira consciente sobre ele.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As informações obtidas a partir das duas oficinas realizadas revelaram diferentes formas de perceber o ensino de História sob a perspectiva discente. Inicialmente, partindo do livro didático e, posteriormente, com uma abordagem mais abrangente da temática, apresentamos, a seguir, os elementos que mais se destacaram nas atividades desenvolvidas.

ISSN: 2358-8829

Quando indagados sobre qual tipo de História é mais recorrente no livro didático, a maioria dos estudantes respondeu “política” ou utilizou expressões semelhantes, como “reis e imperadores”, referindo-se ao mesmo contexto. Observa-se, assim, uma percepção consolidada de que a narrativa histórica privilegia grandes personagens e acontecimentos da esfera política, seja em âmbito nacional ou mundial. Mesmo diante das transformações metodológicas promovidas pela Escola dos Annales, ao longo do século XX, a escrita histórica escolar ainda mantém a hegemonia dos grandes eventos políticos. Esse perfil pode contribuir para o distanciamento dos estudantes, que tendem a não se reconhecer como agentes históricos, mas como meros espectadores.

Ao serem questionados sobre a finalidade do conhecimento histórico, os estudantes associaram-no a termos como “passado”, “acontecimentos”, “antiguidades” e “história do mundo”. Identificou-se, portanto, uma compreensão limitada quanto aos objetivos da aprendizagem histórica, marcada pela ausência de conexões com o tempo presente e pela pouca percepção de sua dimensão crítica. Nesse sentido, a História não deve ser entendida como um saber estático ou monumentalizado, mas como um campo de análise crítica, que considera os contextos de produção e os interesses hegemônicos envolvidos em sua construção.

No que diz respeito às áreas de interesse, a maioria dos estudantes destacou temas como revoluções e guerras, especialmente a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Esse dado chama atenção, pois sugere a influência do imaginário social, alimentado por filmes, séries e outras mídias, na formação dos interesses discentes. Tal cenário pode ser explorado pedagogicamente, utilizando esses pontos de interesse como estratégias de engajamento para ampliar e aprofundar as análises históricas em sala de aula.

Em uma das provocações, ao serem questionados se se sentiam representados pelas narrativas históricas, observou-se uma divisão de opiniões. Alguns afirmaram sentir-se representados, sobretudo por abordagens relacionadas à história do Brasil, enquanto outros negaram essa identificação. Uma fala, em particular, destacou-se: “Não, pois não me sinto representado por essas abordagens”. Esse dado reforça a necessidade de o docente refletir sobre o sentido do conhecimento histórico para os estudantes, indo além da simples compreensão do passado e promovendo uma análise crítica tanto dos conteúdos quanto da própria escrita da História. Quando os estudantes não se reconhecem nas narrativas históricas, a produção de sentido tende a se limitar a uma visão do passado desconectada da realidade atual.

Outro aspecto relevante diz respeito aos conteúdos já estudados ao longo da trajetória escolar que despertaram maior interesse nos estudantes. Observou-se uma diversidade temática significativa, incluindo Idade Média, Iluminismo, Abolição da Escravatura, Escravidão no

ISSN: 2358-8829

Brasil e Guerra do Paraguai, entre outros. Essa variedade evidencia a heterogeneidade da sala de aula, na qual os interesses podem, por vezes, convergir, mas também se dispersar, inclusive em relação a conteúdos que não estão diretamente previstos no currículo formal.

Podemos inferir que o ensino de História ainda se encontra vinculado a uma escrita tradicional, que valoriza a história política em detrimento de outras abordagens, com pouca articulação com o presente e limitada criticidade na análise do passado e de sua própria escrita. Esse cenário contribui para o distanciamento e a falta de identificação dos estudantes com o conhecimento histórico. Contudo, identificamos áreas de interesse e conteúdos significativos que podem servir como caminhos para a construção de estratégias pedagógicas mais eficazes. Portanto, compreendemos que, para repensar o currículo de História, é necessário também reconsiderar as formas pelas quais o conhecimento histórico é apresentado, questionado e apropriado no processo de ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas ao longo deste estudo, podemos perceber a importância da reflexão crítica sobre o currículo, não apenas sob a perspectiva institucional ou docente, mas também em relação à produção de sentido atribuída pelos estudantes. A aprendizagem significativa em História deve se constituir a partir de uma vinculação com o protagonismo estudantil; compreender os objetivos e a elaboração curricular da disciplina pode ampliar o pensamento crítico dos estudantes.

A limitação da compreensão histórica mostra-se um elemento preocupante, uma vez que a maior parte dos estudantes associa o conhecimento histórico a acontecimentos, “coisas do passado” e antiguidades. Essa desconexão em relação ao presente compromete a compreensão da finalidade do conhecimento histórico e pode tornar sua significação pouco relevante para a vida dos estudantes. A articulação entre passado e presente deve, portanto, constituir um elemento central de significação e engajamento nas práticas pedagógicas.

A análise crítica dos estudantes sobre a predominância de temas políticos chama atenção por dois fatores. Primeiro, demonstra uma capacidade de análise ao reconhecer elementos recorrentes nas narrativas históricas. Segundo, pode indicar mais um ponto de afastamento do interesse discente, uma vez que a ênfase em grandes acontecimentos, reis e governantes pode produzir um imaginário limitado dos agentes históricos, no qual a população aparece de forma marginal ou ausente.

Apesar da identificação dessa predominância política, não se observou, por parte dos estudantes, uma crítica à ausência do povo no livro didático. Isso sugere que a problematização da escrita histórica ainda não é recorrente na educação básica. Em nenhum momento os estudantes contestaram espontaneamente a organização do livro ou os conteúdos apresentados, exceto quando estimulados a isso. Assim, a monumentalização do conhecimento histórico e de seus produtos representa um obstáculo a ser superado e explorado no desenvolvimento da aprendizagem histórica e do pensamento crítico.

Percebemos, neste estudo, que ainda há caminhos a serem trilhados na relação entre os estudantes e o currículo de História. A pesquisa pode ser ampliada para além dos conteúdos, incorporando dimensões como habilidades, competências, valores e atitudes — ou seja, o currículo não explícito. Isso permitiria uma análise mais abrangente da crítica discente, considerando a totalidade do currículo escolar.

Por fim, compreende-se que a abordagem da análise crítica do currículo de História pelos estudantes pode se tornar um elemento fundamental para a prática docente, configurando-se como uma experiência de problematização histórica e de desconstrução de verdades naturalizadas. Além disso, as áreas de interesse dos estudantes no currículo podem orientar a ação docente, contribuindo para tornar a aprendizagem mais significativa.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate (org.). **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. Joinville: Univille, 2004.

BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História: sociedade & cidadania**. 9º ano. São Paulo: FTD, 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1994.

ISSN: 2358-8829

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.